



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM  
PL-138/2018

**REUNIÃO: Plenária Ordinária n.º 512ª**

**DECISÃO: PL-138/2018**

**INTERESSADO: MIECIO DE OLIVEIRA MELQUIADES**

**PROTOCOLO: 2564368-2017**

**EMENTA: Recurso Administrativo. Decisão da C.E.M.M. que indeferiu o pleito do requerente. Fato novo apresentado. Recurso provido.**

**DECISÃO**

O **Plenário do CREA-AM**, reunido em sua Sessão Ordinária de nº 512ª, realizada em 21/6/2018, em Manaus/AM, após apreciação e discussão do **Processo: 2564368/2017**, tendo como interessado **MIECIO DE OLIVEIRA MELQUIADES** que trata de Requerimento de Interrupção de Registro Profissional. O requerente acima solicita a interrupção de registro profissional, cumprindo as exigências previstas em Lei para a efetivação do atendimento ao pleito, com base nos artigos 30 e 31 da Resolução nº 1.007/03 do Confea. A Resolução nº 1.007, de 5 de dezembro de 2003 do Confea, que versa sobre o registro de profissionais, dispõe no art. 30 que a interrupção do registro é facultada ao profissional registrado que não pretenda exercer sua profissão e atenda as seguintes condições: I – Esteja em dia com suas obrigações perante o Sistema Confea/Crea, inclusive aquelas referentes ao ano do requerimento; II não ocupe cargo ou emprego para o qual seja exigida formação profissional ou para cujo concurso ou processo seletivo tenha sido exigido título profissional da área abrangida pelo Sistema Confea/Crea e III – não conste como autuado em processo por infração aos dispositivos do Código de Ética Profissional ou das Leis 5.194, de 1966 e 6.496, de 7 de dezembro de 1977, em tramitação no Sistema Confea/Crea. O profissional MIECIO DE OLIVEIRA MELQUIADES, inicialmente, declarou encontrar-se nesta condição, apresentando documento no qual consta possuir emprego em regime ESTATUTÁRIO (REGIME JURÍDICO ÚNICO), desempenhando o cargo de TÉCNICO DE LABORATÓRIO – ÁREA, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Diante desta condição, a Câmara Especializa de Mecânica e Metalurgia – C.E.M.M julgou pelo INDEFERIMENTO da Interrupção de Registro, destacando as atribuições do profissional, Eng. Mec. MIECIO DE OLIVEIRA MELQUIADES, como sendo as constantes no art. 12 da Resolução nº 218/73 do Confea, com observância ao seu art. 25. Assim, de acordo com os normativos e legislações vigentes e o cargo desempenhado pelo profissional, conforme documento apresentado, o Colegiado entendeu restar claro que este desenvolve atividades afetas ao sistema Confea/Crea, uma vez que as atividades desempenhadas atualmente pelo profissional no cargo efetivo de TÉCNICO DE LABORATÓRIO - ÁREA, na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, apesar da não exigência de profissional legalmente registrado neste Conselho Regional para ocupar tal cargo-função, necessitam de conhecimentos técnicos e competências na MODALIDADE MECÂNICA E METALURGIA ou INDUSTRIAL, não podendo, em hipótese alguma ser desempenhadas por leigos. A C.E.M.M. julgou, consequentemente, pelo INDEFERIMENTO do pedido. Diante do indeferimento acima, o requerente interpôs recurso ao Plenário do Crea-Am, o qual passamos a analisá-lo bem como, os autos: consta no processo as atribuições diárias do técnico MIECIO DE OLIVEIRA MELQUIADES, no Laboratório de Materiais, como parte integrante de sua rotina diária, dentre as quais: Operar o forno tubular de atmosfera controlada com rampa programável; operar o moinho de alta energia; manipular materiais nanoestruturados; treinar usuários externos do Laboratório (estudantes e pesquisadores) para reparação de amostras no Difratômetro de raio X-DRX e explicar o funcionamento básico do equipamento; operar o equipamento de raios X em segurança; responsável por instalar e desinstalar acessórios e





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM**  
**PL-138/2018**

componentes (troca de tubo, câmara térmica e vácuo, fendas reguláveis, monocromador, detectores, combinação de fendas e divergência e espalhamento, dentre outros e alinhar o equipamento (...)); considerando a justificativa apresentada no recurso: "o concurso realizado não exigia título profissional na formação mencionada na decisão" (vide Edital Ufam 2012, pág. 12 e Portaria de Nomeação) que assumiu o cargo mesmo antes de estar formado (diploma Engenheiro Mecânico e Dados funcionais-cargo emprego-posse). E ainda, que devido a situações pessoais, a sua lotação foi transferida para um lugar diferente daquela descrita na Portaria de Nomeação. No caso, saíra da FT (onde não chegou a trabalhar nenhum dia) para o ICE (vide Portaria de Nomeação e Dados funcionais - Cargo Emprego Lotação). No ICE, trabalha como Técnico de Laboratório-Área Física (vide corpo técnico ICE) que de acordo com o Edital do Concurso anterior (o qual realizou e que havia vagas para essa lotação), não sendo exigido o curso profissionalizante na área, tão pouco registro no Conselho (vide Edital Ufam – 2009, pág. 1). Com essas alegações mencionadas, o requerente afirma não haver a exigência de formação Superior como Engenheiro Mecânico, muito menos registro no Conselho para que seja deferida a interrupção de registro, por no momento não estar precisando exercer a profissão como Engenheiro Mecânico. Observa-se que ainda integra nos autos: A Portaria de 24 de maio de 2013, em que consta o Sr. MIECIO DE OLIVEIRA MELQUIADES no cargo de TÉCNICO-ÁREA ELETRÔNICA; Dados funcionais do Sr. MIECIO DE OLIVEIRA MELQUIADES, com o cargo de TÉCNICO DE LABORATÓRIO, com lotação na Faculdade de Tecnologia – FT; editais comprovando a não exigência sua formação como Engenheiro Mecânico ou curso técnico industrial de nível médio. Em face desses argumentos, passamos a fundamentar: Considerando que, segundo informações que consta nos autos, o interessado é registrado no CREA-AM com o título profissional Engenheiro Mecânico e com as atribuições de art. 12 da Resolução nº 218-73 do CONFEA. O ANEXO I – GLOSSÁRIO, da Resolução 1073 do Confea, a qual Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissional registrada no Sistema Confea/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia, com destaque às ATIVIDADES a seguir: "Operação – atividade que implica fazer funcionar ou acompanhar o funcionamento de instalações, equipamentos ou mecanismos para produzir determinados efeitos ou produtos"; Treinamento – atividade cuja finalidade consiste na transmissão de competências, habilidades e destreza, de maneira prática." Instalação - atividade de dispor ou conectar convenientemente conjunto de dispositivos necessários a determinada obra ou serviço técnico, em conformidade com instruções determinadas". Assim, entendemos que as atividades inerentes ao cargo de TÉCNICO EM LABORATÓRIO-ÁREA FÍSICA estão relacionadas no inciso 1º do art. 5º da Resolução nº 1073, de 19 de abril de 2016, que atualmente regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissional aos profissionais registrados no Sistema Confea-Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia, porém, podendo ser admitido TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INDUSTRIAL (e não necessariamente Engenheiro Pleno. Considerando que para o cargo de TÉCNICO DE LABORATÓRIO (e descrição de seu rol de atribuições, atividades), além de informar como requisito de admissão possuir ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE ou MÉDIO COMPLETO entende-se que, mesmo diante da inobservância da Instituição, que para a ocupação do cargo exercido pelo interessado são exigidos conhecimentos e formação técnica nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea-Crea, não necessariamente o requerente precisa dispor de sua formação em ENGENHARIA MECÂNICA, visto que se admite TÉCNICO, por se tratarem de ATIVIDADES predominantemente de APOIO OPERACIONAL, de apoio às aulas práticas das disciplinas e não, sobretudo, procedimentos tecnológicos e científicos. **DECIDIU**, por maioria de votos, e em harmonia com o voto da Conselheira Relatora FÁTIMA GEISA MENDES por reconhecer não acompanhar a Decisão da C.E.M.M. para no mérito **1) DAR PROVIMENTO** ao pedido de Interrupção de Registro em questão, por entender que as atividades exercidas pelo profissional MIECIO DE OLIVEIRA MELQUIADES não exigem a sua formação como ENGENHEIRO MECÂNICO, mas sim, cabendo ao Técnico de nível médio assim o fazer; **2) CIENTIFICAR** à Instituição de Ensino UFAM, extensivo às demais Instituições de Ensino públicas, Federal e Estadual (IFAM e UEA), para que, quando da realização de CONCURSOS PÚBLICOS, cujo cargo-função a serem





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM**  
**PL-138/2018**

exercidos requisitem a formação profissional específica, seja exigida a comprovação do registro ativo dos interessados no Sistema Confea/Crea, justamente devido às atribuições/habilidades do cargo contemplarem atividades técnicas, para tanto, se fazendo obrigatório que os servidores possuam registro ativo nos Creas e atribuições compatíveis para estes fins, para que não exerçam ilegalmente a profissão. Obs: Neste caso, para a investidura do cargo de TÉCNICO DE LABORATÓRIO, deveria ter sido exigido a formação de Técnico Industrial de Nível Médio (com base na Lei 5.524 e Decreto nº 90.922-85), nas Modalidades pertinentes ao exercício de suas atividades laborais, por atenderem plenamente os requisitos legais. É a Decisão. Presidiu a Sessão o Diretor Administrativo do Crea-AM, no exercício da Presidência, Eng. Civil **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**. Votaram favoravelmente os Senhores Conselheiros Regionais: ALEXANDRE HENRIQUE FREITAS DE ARAÚJO, ANA LUIZA DA COSTA CUNHA, DANIEL PINTO BORGES, EIRIE GENTIL VINHOTE, FÁTIMA GEISA MENDES TEIXEIRA, HIGOR LEONARDO DE LIMA NERY, ISMAEL DA COSTA SILVA, JOSÉ AFONSO DA SILVA ARIAS, JOSÉ NILDO CAVALCANTI, KLEBER DOS SANTOS DINIZ, LUIZ CARLOS BARROS DE CARVALHO, MARIA DOS ANJOS F. PACHECO, MARCOS ANTÔNIO MOTA DE VASCONCELOS e PEDRO CHAVES DA SILVA. Absteram-se de votar os Conselheiros Regionais: EMMERSON BACURY LUCENA e MANUEL CÉSAR SANTOS FILHO.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 22 de junho de 2018.

Eng. Civ. **MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ**  
Diretor Administrativo, no exercício da Presidente do **Crea-AM**